

CARGO/FUNÇÃO: 6º Promotor de Justiça da Infância e Juventude de Belém
MATRÍCULA: 999.421
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 117, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06 de julho de 2006
ORIGEM: Belém/Pará
DESTINO: Rio de Janeiro/Rio de Janeiro
PERÍODO: 27/4/2025 - 30/4/2025
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 3 (três) diárias
FINALIDADE: participar do “XII Congresso do Proinfância”, no Rio de Janeiro/RJ
ORDENADOR DA DESPESA: ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.
Belém, 24 de abril de 2025.
RICARDO DE ARAUJO MOURA
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Protocolo: 1191446

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 2012/2025-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais; e considerando os termos da decisão unânime proferida na 7ª Sessão ordinária do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, realizada em 01/04/2025, pelo deferimento do pedido formulado pelo Promotor de Justiça Quintino Farias da Costa Júnior, para que permaneça titular do cargo de 1º Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação, Urbanismo, Consumidor, Fundações e Entidades de Interesse Social de Ananindeua, cumpridas as determinações contidas na Lei Complementar nº 057/2006,
R E S O L V E:

I – Retificar a PORTARIA nº 1606/2025-MP/PGJ, publicada no D.O.E. de 10/04/2025 para constar que o Promotor de Justiça Quintino Farias da Costa Júnior, promovido à 3ª entrância para o cargo de 2º Promotor de Justiça de Mosqueiro, exerceu o direito de opção de permanecer no cargo de 1º Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação, Urbanismo, Consumidor, Fundações e Entidades de Interesse Social de Ananindeua, conforme os termos da decisão unânime proferida na 7ª Sessão Ordinária do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público de Ananindeua e nos termos do artigo 78, §3º do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará;
II – Tornar sem efeito a PORTARIA nº 1935/2025-MP/PGJ, publicada no D.O.E. de 23/04/2025.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.
Belém, 24 de abril de 2025.

ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 2013/2025-MP/PGJ

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, PAULO SEIXAS CONDURU, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR ESPECIALIZADO DE APOIO TÉCNICO OPERACIONAL JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, a contar de 05/05/2025.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.
Belém, 24 de abril de 2025.

ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 2014/2025-MP/PGJ

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, MARIA EDUARDA MATOS COSTA, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR MINISTERIAL - BACHAREL EM DIREITO, a contar de 05/05/2025.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.
Belém, 24 de abril de 2025.

ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 2015/2025-MP/PGJ

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, DAIANA PAES DA SILVA, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DA CORREGEDORIA-GERAL, a contar de 05/05/2025.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.
Belém, 24 de abril de 2025.

ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 1191426

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL PARA ESCOLHA DE MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ PARA INDICAÇÃO AO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às 11h, no Gabinete do Procurador de Justiça Cláudio Bezerra de Melo, 3º andar do Edifício Anexo 1 do Ministério Público do Estado do Pará, Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça CLÁUDIO BEZERRA DE MELO e os Excelentíssimos Senhores Promotores de Justiça IVELISE PINHEIRO PINTO e GILBERTO VALENTE MARTINS, para instalação da Comissão Eleitoral formada por meio do Edital publicado no Diário Oficial do Estado n.º 36.207 de 24/04/2025, nos termos do art. 7º da Resolução n.º 001/2011/MP/CSMP, de 22/02/2011. Conforme previsão dos arts. 8º e 9º da mencionada Resolução, a Comissão Eleitoral é presidida pelo Procurador de Justiça Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça CLÁUDIO BEZERRA DE MELO. A Comissão Eleitoral deliberou que a Excelentíssima Senhora Promotora de Justiça IVELISE PINHEIRO PINTO exercerá as funções de Secretária, oportunidade na qual designou os servidores ERIK LUIZ DE NUNES VALENTE, Assessor da Procuradoria-Geral de Justiça, FÁVIA GIHANNA DA SILVA SOUSA, Assessora do Conselho Superior do Ministério Público, ALESSANDRA MARTINS BRAGA, Assessora de Planejamento Organizacional, FABRÍCIO JOSÉ BARROS SALDANHA, Diretor do Departamento de Informática e MÁRCIO DE MIRANDA BRAGA, Técnico Ministerial – Assistente Administrativo, para colaborarem com os trabalhos da Comissão Eleitoral. À pauta: ITEM I – A Comissão Eleitoral ratificou o Edital e calendário publicados no Diário Oficial do Estado, de 24/04/2025. ITEM II – A Comissão Eleitoral deliberou no sentido de utilizar o Sistema VOTUS para o pleito eleitoral. ITEM III – A Comissão Eleitoral decidiu expedir ofício à Subprocuradoria-Geral de Justiça, para Área Técnico-Administrativa, solicitando a adoção das seguintes providências: a) reserva do Plenário “Octávio Prouença de Moraes”, localizado no quarto andar do Edifício-Sede do Ministério Público para o dia do pleito (07/05/2025); b) gravação em áudio e vídeo da abertura, encerramento da votação e apuração; c) utilização do Sistema VOTUS para o pleito eleitoral; d) confecção pelo Serviço de Artes Gráficas, das cédulas de papel e mapas de votação, tão logo ocorra a definição dos nomes dos membros do Ministério Público do Estado do Pará para indicação ao Procurador-Geral da República e composição do Conselho Nacional de Justiça; e) transporte para condução dos membros da Comissão Eleitoral e alimentação para os membros da Comissão Eleitoral e servidores auxiliares no dia do pleito; e f) disponibilização da cabine de votação e urna para o dia do pleito. ITEM IV – A Comissão Eleitoral decidiu expedir ofício à Subprocuradoria-Geral de Justiça, para Área Gestão-Planejamento Estratégico, solicitando a criação da Unidade “Comissão Eleitoral – CNJ” no Sistema GEDOC, ficando a cargo dos servidores ALESSANDRA MARTINS BRAGA e MÁRCIO DE MIRANDA BRAGA o recebimento de toda a documentação endereçada à Comissão Eleitoral. ITEM V – A Comissão Eleitoral decidiu que todos os seus atos, deliberações, avisos, editais, resoluções e/ou recomendações serão publicados no Diário Oficial do Estado, respeitados os dias de sua circulação e/ou publicação. ITEM VI – A Comissão Eleitoral decidiu encaminhar e-mail aos membros do Ministério Público do Estado do Pará, informando da instalação da comissão na presente data, bem como que o prazo de inscrição terminará em 29/04/2025 (terça-feira). Devendo informar, ainda: 1) que as inscrições deverão ser protocolizadas no sistema GEDOC – assunto “GESTÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA – ELEIÇÃO OU POSSE/COMPOR CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ”; 2) considerando que os prazos do processo eleitoral são todos contínuos, peremptórios e preclusivos, não se interrompem aos sábados, domingos e feriados, e serão computados excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento, nos termos do art. 22 da Resolução n.º 001/2011-MP/CSMP c/c art. 10, § 2º, XXIX, da LCE n.º 057/2006, fica estabelecido que todos os expedientes DEVERÃO ser encaminhados, exclusivamente, VIA SISTEMA GEDOC, nos termos da PORTARIA nº 1157/2025-MP/PGJ, art. 1º. ITEM VII – Por último, a Comissão Eleitoral designou o dia 30 de abril de 2025, às onze horas, para a 2ª reunião, no Gabinete do Procurador de Justiça Cláudio Bezerra de Melo, 3º andar do Edifício Anexo 1 do Ministério Público do Estado do Pará, a fim de deliberar quanto aos pedidos de registro de candidatura dos interessados. Nada mais havendo a registrar na presente ata, foi lavrada por mim, IVELISE PINHEIRO PINTO, Promotora de Justiça, Secretária da Comissão Eleitoral, e, depois de lida e aprovada, vai devidamente assinada por todos os demais Membros da Comissão. //////////////////////////////////////
////////////////////////////////////
////////////////////////////////////
////////////////////////////////////
CLÁUDIO BEZERRA DE MELO
Procurador de Justiça
Presidente da Comissão Eleitoral
IVELISE PINHEIRO PINTO
Promotora de Justiça
Membro / Secretária da Comissão Eleitoral
GILBERTO VALENTE MARTINS
Promotor de Justiça
Membro da Comissão Eleitoral

Protocolo: 1191437